

Entre a norma e a transgressão: Uma história do jornal pornográfico *O Rio Nu* (1898-1916)

Between norm and transgression: A story of the pornographic newspaper *O Rio Nu* (1898-1916)

Johnatas dos Santos Costa¹

Resumo

Lançado em maio de 1898, o jornal pornográfico *O Rio Nu* surgiu no Rio de Janeiro e foi um sucesso de vendas e repercussão pelo Brasil. Além de apresentar, brevemente, um histórico do periódico, o nosso objetivo neste artigo é lançar luz sobre a sua postura complexa: enquanto era transgressor trazendo, por exemplo, imagens de mulheres seminuas na capa e textos eróticos em suas páginas – e foi punido por isso –, ele também reforçava preconceitos socioculturais vigentes em sua época.

Palavras-chaves: *O Rio Nu*. Imprensa. Transgressão.

Abstract

Launched in May 1898, the pornographic newspaper *O Rio Nu* appeared in Rio de Janeiro and was a success of sales and repercussion throughout Brazil. In addition to briefly presenting the history of the periodical, our goal in this article is to highlight its complex stance: while it was transgressive by bringing, for example, images of half-naked women on the cover and erotic texts in its pages - and was punished for it - it also reinforced sociocultural prejudices of its context.

Keywords: *O Rio Nu*. Press. Transgression.

Uma introdução ao *Rio Nu*

O jornal pornográfico *O Rio Nu* foi lançado no dia 13 de maio de 1898. Enquanto o Brasil celebrava a primeira década de abolição, a imprensa carioca comunicava a chegada de um periódico que tinha por objetivo levar “o riso aos lábios dos tristes, o lenitivo aos fígados engorgitados, o entusiasmo aos velhos... desentusiasmados” (*O RIO NU*, 1904, p. 2). Majoritariamente bissemanário, o impresso encerrou suas

¹ É graduado (2018) em História pela Universidade Federal de Sergipe e mestre (2021) pela mesma instituição. É integrante do Grupo de Pesquisa Culturas, Identidades e Religiosidades (GPCIR/UFSE). Atualmente, seu campo de investigação privilegia questões que envolvem a história da imprensa brasileira, com foco na imprensa pornográfica. Contato: johnatassantoscosta@yahoo.com.br

atividades em dezembro de 1916. Em nossa perspectiva, um jornal desse gênero e porte só sobreviveu por tanto tempo porque os contextos em que estava inserido permitiram e incentivaram a sua existência, mas também porque o próprio impresso transformou estes contextos.² E ele só surgiu devido à existência de cenários favoráveis à sua criação.

Primeiramente, *O Rio Nu* esteve inserido na *Belle Époque*, um período de euforia e progresso na Europa, que atingiu fortemente o Brasil na última década do século XIX e fez com que a noção de civilização estivesse na ordem do dia. O mundo queria ser civilizado e o Brasil não ficou à parte. Na leitura das mais de mil edições do periódico³ é possível localizar uma tentativa dos redatores em querer transmitir noções civilizatórias para os seus leitores. Os contos os quais mencionaremos na parte 3 deste artigo são um exemplo disso.

Em segundo e terceiro plano, *O Rio Nu* surgiu devido a uma evolução na literatura e na imprensa, que começou mais expressivamente, no Brasil, a partir de

² Como bem notabilizam Heloísa Cruz e Maria do Rosário Peixoto, o jornal não é um elemento neutro. Assim como qualquer outro documento, ele é “suporte de prática social, e por isso, fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade histórica que o constitui” (2007, p. 258). Portanto, é fruto do contexto em que está inserido. Porém, não se trata de um elemento passivo. Nesse sentido, ao tomarmos um jornal como fonte histórica (em nosso caso, *O Rio Nu*), entendemos que a imprensa ao qual ele faz parte “detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa /sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe”. Assim, consideramos que a sua atuação “delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos” (2007, p. 258). Dessa forma, *O Rio Nu* não só foi fruto dos contextos que o criaram, como ele também foi uma importante peça para impactar e transformar ainda mais esses contextos.

³ Para sermos mais específicos, 1300 edições, todas localizadas e disponíveis gratuitamente no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

1870. Com o surgimento de novas tecnologias de impressão, o custo e o preço de materiais impressos baratearam-se cada vez mais. No que concerne à produção de livros, o uso de papel de menor qualidade, o tamanho econômico das edições e as capas brochadas tornou o material mais popular. Em consequência, o mercado consumidor se ampliou, as vendas aumentaram e a leitura se popularizou. Diante desse novo cenário, os livreiros aproveitaram para disseminar entre os leitores um novo gênero literário: os “romances para homens”. Contendo enredos apimentados e maliciosos, essas obras eram criticadas publicamente e proibidas às mulheres, mas nada impediu o seu sucesso.

O êxito do gênero foi tamanho a ponto de chamar a atenção dos donos de jornais. Ainda nos oitocentos, os redatores decidiram levar a pornografia para a imprensa e viram as suas vendas crescerem. Obviamente, essa acolhida à obscenidade não foi aleatória. A partir do final do século XIX, a imprensa brasileira passou por um alargamento temático na intenção de consolidar e ampliar o seu público leitor. Havia demanda para os mais variados tipos de materiais, inclusive por textos humorísticos e maliciosos, associados a ilustrações de mulheres nuas e seminuas, como existia no *Rio Nu*.

Nas palavras de Marialva Barbosa, “ao lado das edições dos jornais diários, proliferam revistas mundanas, periódicos críticos e literários, impressos que falam exclusivamente do mundo do trabalho, entre centenas de publicações” (2010, p. 118). Dentre essas temáticas, a obscenidade advinda dos “romances para homens” ganhou espaço e foi denominada de “imprensa de gênero alegre”. Segundo Cristiana Schettini

Pereira (2011), a expressão “gênero alegre” diz respeito a uma preocupação com uma malícia delicada, dentro de certo limites, mas, ao mesmo tempo, está ligada à despreensão. Sendo assim, *O Rio Nu* é um jornal de “gênero alegre”.⁴

Ainda no tocante à evolução da imprensa, é preciso mencionar que além dos elementos citados – barateamento das impressões e aumento do público consumidor – ela ganhou um caráter mais empresarial e mudou o padrão editorial das suas publicações. Tornou os seus textos mais informativos, isentos, verídicos e permeados por fatos. Inclui-se também o desenvolvimento de linhas férreas, o que aperfeiçoou os sistemas de transportes e regularizou os serviços dos Correios, permitindo a entrega regular das assinaturas, a principal forma de distribuição dos jornais (BARBOSA, 2010).

Foi em meio a esse amálgama de contextos que surgiu *O Rio Nu* exatamente no dia em que marcava os dez anos da abolição da escravidão. Em nossa perspectiva, a escolha da data de lançamento não foi mera coincidência: assim como o ato da Princesa Isabel libertou os escravos, *O Rio Nu*, a partir daquele 13 de maio de 1898, libertaria inúmeros leitores moralmente. Eles se propunham a levar alegria aos

⁴ Uma das primeiras publicações a assumir esse rótulo foi a revista brasileira *Sans Dessous*, que associava a expressão à vida noturna, a introdução de diversões francesas e a prostituição. Em seu número inaugural, a revista publicou a foto de uma prostituta francesa com a legenda: “a iniciadora do gênero alegre no Brasil – uma justa e respeitosa homenagem de Sans Dessous”. Além dela, outros periódicos populares de vida efêmera, também possuíram esse viés malicioso. São alguns exemplos: *O Nu* (1901), *O Coió* (1901-1904), *O Tagarela* (1902-1904), *O Gavroche* (1902), *Está Bom Deixa* (1903), *Fiau!* (1903), *O Pau* (1905), *Século XX*, *O Mês*, *Os Tomates*, *A banana*, *O Nabo e O Empata* (todos em 1906), *Tam-Tam* (1907), *O Diabo* (1907), *O Degas* (1908-1909).

letrados e iletrados após uma década de turbulências e visavam, subliminarmente, impulsionar valores civilizatórios.

O periódico era redigido, como muitos de sua época, por jovens da boêmia literária carioca. Dentre os nomes, estavam Demétrio Alves, mais conhecido no jornal como “Dealino”; Alfredo Calainho, sob a identidade de “Brás Cubano”; Alfredo Boucher Filho, que colaborou como “Arduíno Pimentel” e tantos outros. Destaca-se também a presença de Arthur Azevedo, com o pseudônimo de “Juvenal”, Olavo Bilac, que assinava “D. Louro” e o alagoano José Ângelo Vieira de Brito, que possuiu inúmeros pseudônimos: Bock, J. Brito, Bier, Mané Gregório e Carlos Eduardo, fez fama em várias outras publicações e foi um dos principais redatores do periódico.⁵

É pertinente destacar que estes jovens estavam inseridos em um contexto de modernismo brasileiro. No entanto, anterior ao movimento de São Paulo de 1922. A historiografia⁶ já evidenciou que o modernismo brasileiro não está restrito a uma localidade ou iniciou-se em um ano específico. Ele remonta ao final do século XIX, a

⁵ Dino Preti faz um ótimo apanhado sobre a vida pessoal e a carreira jornalística de J. Brito. (1983, p. 23-27)

⁶ A partir dos anos 1980, a historiografia começou a repensar o modernismo brasileiro por meio dos trabalhos pioneiros de Eduardo Jardim de Moraes (1979, 1983), Silviano Santiago (1987) e Flora Sussekind (1987, 1988). Na década de 1990, por meio de uma perspectiva histórico-sociológica, foi a vez de outros três pesquisadores alargarem o conhecimento que outrora foi estudado: Francisco Hardman (1992), Mônica Velloso (1996) e Ângela de Castro Gomes (1999). Em geral, o que essas pesquisas conseguiram evidenciar é que para compreender como se deu o modernismo no Brasil é preciso: a) descontextualizar o movimento da década de 1920, inserindo-o no processo de dinâmica social cotidiana; b) desvincular o modernismo da ideia de um movimento cultural, necessariamente vinculado às ações das vanguardas artístico-intelectuais; c) reavaliar a inserção específica dos intelectuais cariocas na dinâmica do cotidiano urbano. As referências de cada obra mencionada nesta citação estão mencionadas no final do artigo.

partir da chamada “geração de 1870”, e tinha a intenção de definir a nacionalidade brasileira, tendo como uma das bases todo o instrumental científico daquele momento, a exemplo do darwinismo social. No século XX, o propósito não foi muito diferente e no auge da *Belle Époque* quem tomou a frente da “cultura do modernismo” foram os boêmios e o espaço geográfico da intelectualidade foi o Rio de Janeiro. Pessoas como os cronistas Lima Barreto, Bastos Tigre, Emílio de Menezes e José do Patrocínio Filho, e os caricaturistas Raul Pederneiras, K. Lixto e J. Carlos foram os principais nomes que, ao longo de três décadas (final do século XIX até fins da década de 1920), construíram “uma reflexão sobre a nacionalidade a partir da perspectiva do humor, da sátira e das caricaturas” (VELLOSO, 2018, p. 344).

Nesse sentido, é preciso atentar para algo que também já foi posto pela historiografia: a imprensa – em nosso caso a pornográfica – agiu como ferramenta de construção de uma nova sociedade brasileira, ou seja, além de informar e entreter, os jornais que circularam na incipiente República tomaram para si o papel de civilizar, ordenar e incluir os seus leitores nos novos tempos. E não somente através das palavras, como também nas ilustrações, que muitas vezes estampavam capas de diversas publicações. Como bem afirma Izamara Bastos (2008, p. 3), “através dos discursos, sejam eles homogêneos ou não, passa-se a construir e a sedimentar pontos fundamentais e marcantes no desenvolvimento de uma sociedade”.

Faz-se necessário mencionar também que uma das diferenças entre os movimentos modernistas se dá quanto ao modo como as coisas aconteceram. O modernismo ocorrido no Rio de Janeiro não sistematizou as suas produções em um

só projeto como aconteceu na Semana de 1922, pois “os intelectuais cariocas refutam a ideia de um movimento literário organizado” (DEALTRY, 2009 *apud* CARVALHO, 2015, p. 57). Em suma, é preciso ter em mente que o movimento modernista foi amplo e complexo. Devemos compreendê-lo não só “como um processo e movimento contínuo que vai desencadear vários outros movimentos no tempo e no espaço”, como temos de pensá-lo “a partir da perspectiva da simultaneidade, da continuidade e da pluralidade” (VELLOSO, 2018, p. 388).

Retornemos ao *Rio Nu*. A expressiva aceitação do jornal por parte do público leitor – majoritariamente masculino – se deu, além do conteúdo humorístico e obsceno, também pelo seu baixo preço – 100 réis, que era o valor de uma passagem de bonde – e pelas facilidades oferecidas pelo periódico. Havia a possibilidade de fazer assinaturas anuais e semestrais custando 12 mil e 7 mil réis, respectivamente, e quem morasse fora do Brasil e quisesse receber o bissemanário teria que desembolsar a quantia de 25 mil réis. Tais facilidades proporcionaram ao jornal uma circulação por várias cidades do País, a exemplo de Belém, Maceió, Fortaleza e Aracaju, e expressivos números de vendas, como 15 mil exemplares em 1899, 18 mil entre 1900 e 50 mil em 1910.

Esses números, em especial o último, são, em princípio, plausíveis diante do nítido êxito que o impresso possuía, mas, para nós, soam muito mais como uma estratégia de marketing, a fim de reforçar o sucesso e o poder do periódico no mercado, do que uma realidade inegável. Se levarmos em consideração que os jornais da “grande imprensa” como *Correio da Manhã*, *Jornal do Commercio* e *O Paiz*

tinham uma tiragem diária de 30 mil, 20 mil e 15 mil exemplares, respectivamente, e que O Rio Nu pertencia a um gênero marginalizado, a nossa percepção não parece equivocada.

Para além do baixo preço, vale destacar que a produção de textos maliciosos e a utilização de ilustrações (figura 1) de mulheres nuas e seminuas e/ou de cunho humorístico também foi um artifício utilizado pelo jornal para fidelizar e conquistar mais leitores.

Figura 1: As páginas do meio d'O Rio Nu



Fonte: Edição do 7º aniversário de *O Rio Nu*, 13/05/1904.

No que diz respeito à estrutura, o jornal era disposto, inicialmente, em quatro, e depois, em oito páginas. Nestas encontravam-se colunas fixas, como por exemplo: “Nas zonas”, em que apareciam fofocas e escândalos das zonas de prostituição; “Avenida Central”, em que o personagem “Vagabundo” contava suas histórias

criticando altas figuras da política e os passantes da elegante avenida; o “Theatro d’O Rio Nu”, em que eram publicados monólogos e canções; “Gambiarra”, que se preocupava em narrar os bastidores do mundo teatral e a “Biblioteca d’O Rio Nu”, que anunciava diversas publicações baratas para homens. Estas publicações eram de autoria dos redatores do jornal e devido à alta aceitação dos leitores, logo transformaram-se em livros. Uma das publicações mais famosas do periódico foi *A Vingança do Sapateiro* escrita por Carlos Eduardo (Bock), o já mencionado redator.

Punido por suas transgressões: O Rio Nu vs. Joaquim Ignácio Tosta

O humor malicioso, as histórias de cunho erótico e as ilustrações de mulheres nuas e seminuas custaram caro para *O Rio Nu*. Em março de 1910, o então diretor geral dos Correios, o baiano Joaquim Ignácio Tosta, promulgou uma circular proibindo a distribuição do jornal pela repartição.

Directoria Geral dos Correios – Subdirectoría do expediente – 2ª secção – Rio de Janeiro, 21 de março de 1910 – Circular n. 162 – Chamo a vossa atenção para o fiel cumprimento da circular desta directoria n. 39, de 28 de abril de 1903, e recomendo-vos que, nos termos do n. 5 do art. 5 do regulamento actual, não faças distribuição nem expedição das correspondências que contenham desenhos ou publicações obscenas, notadamente os periódicos “Rio Nu” e “Sans Dessous”, publicados nesta capital e outros semelhantes impressos nos Estados.

Taes publicações, quando por descuido ou negligência dos empregados do correio chegarem a transitar em qualquer repartição postal, devem logo que forem apprehendidas, ser immediatamente inutilizadas de accordo com o n. 2 do art. 143 do Regulamento.

O não conhecimento desta ordem por parte de qualquer empregado dará lugar à pena de suspensão estatuída no n. 9 do art. 496, do Regulamento vigente. Saúde e fraternidade. – O diretor geral, Joaquim Ignácio Tosta. (JORNAL DO COMMERCIO, 24 mar. 1910)

Inspirado por movimentos antipornográficos que ocorriam na Europa,⁷ Ignácio Tosta surpreendeu *O Rio Nu* e boa parte da “grande imprensa” com a sua decisão. Em princípio, não se pode negar que a resolução emitida por Tosta estava alinhada ao regimento interno dos Correios, que informava ser proibido a expedição ou distribuição de “artefatos, desenhos e publicações obscenas” e de “objetos com endereço ou dizeres injuriosos, ameaçadores ou indecentes” (DECRETO nº 2.230, 10 fev. 1896; art. 5º, § 5º e 6º). Contudo, isso não evitou que boa parte da imprensa criticasse essa medida.

Dias depois da publicação da circular, *O Rio Nu* (ed. 1221, 30/03/1910, p. 2) não poupou palavras para depreciar a ação de Tosta. A maior dúvida dos redatores era sobre as razões que levaram o diretor a tomar aquela decisão naquele momento, haja

⁷ Em maio de 1908, na cidade de Paris, ocorreu o Congresso Internacional contra a Pornografia. Sob a liderança do senador francês René Berenger, cinquenta associações francesas mais quarenta e seis entidades civis antipornográficas oriundas da Alemanha, Inglaterra, Bélgica, Dinamarca, Países Baixos, Hungria, Itália, Noruega e Suíça se juntaram para discutir ações mais eficazes contra a imoralidade veiculada na imprensa. Eles entendiam que o livre acesso e comércio de obscenidades era uma ameaça aos interesses das nações. Este evento gerou uma conferência internacional em 1910, ocorrida novamente em Paris, e junto aos países já mencionados se articularam a Áustria, Dinamarca, Espanha, México, Rússia, Suécia e Brasil, e foram discutidas legislações voltadas para o combate à pornografia mundialmente. A preocupação naquele momento, principalmente de Berenger, era de que a imoralidade havia atingido os limites do tolerável e estava em toda parte. Era algo que cada vez mais fugia do controle e tinha como uma das culpadas a revolução científica e tecnológica que vinha ocorrendo desde o século XIX. Bérenger almejava alcançar conquistas internacionais significativas, mas tinha noção de que as coisas não funcionavam tão fácil e rapidamente, portanto, ele sugeriu que até que as leis ficassem prontas ações paliativas deveriam ser tomadas. Na prática, as resoluções da Conferência só foram, de fato, ganhar alguma importância a partir de 1923, anos depois da morte do senador, em 1915. De toda forma, as ações de Bérenger foram inspiradoras para movimentos similares no Brasil, e assim como ocorreu na Europa religiosos tomaram a frente desse combate. Lá, o protagonismo coube aos protestantes, por aqui, aos católicos.

vista que ele estava no cargo de diretor geral há um ano e somente naquele momento tomou tal decisão. Para eles, a explicação estava na forte ligação de Tosta com o Círculo Católico, agremiação de várias associações católicas existente desde o início do século XX. Os seus deveres com o grêmio estavam se sobrepondo às suas funções públicas.

Com pensamento similar se posicionaram o *Correio da Manhã* (ed. 3171, 23/03/1910, p. 1) e o *Gazeta de Notícias* (ed. 82, 23/03/1910, p. 1), que também compararam o trabalho do diretor com a Inquisição e levantaram outro questionamento: quais são as instruções básicas que fazem com que o diretor e os funcionários dos Correios decidam qual material é ou não obsceno a ponto de destruí-lo? De acordo com o jornal *O Século*, a partir da decisão de Tosta os limites do obsceno estavam diluídos: “um conto brejeiro, uma anedota que dê margem à malícia humana, mesmo quando estejam impressos nas páginas circunspectas de um grave e moralíssimo periódico, podem ser tidos como obscenos pelo diretor dos Correios” (ed. 1098, 23/03/1910, p. 1).

Suposições à parte, o que estava claro para a imprensa é que Ignácio Tosta tomou para si uma função que não lhe cabia. Indignados, os redatores d’*O Rio Nu* afirmaram que ele não poderia “atentar contra a liberdade de um jornal que a polícia não julga imoral e que concorre com impostos para o erário público” (ed. 1221, 30/03/1910, p. 2). A *Gazeta de Notícias* questionou se havia “uma moralidade postal, diferente da moralidade policial e da moralidade municipal” (ed. 90, 31/03/1910, p. 2). Na Polícia, o então chefe, dr. Leoni Ramos, não custou para, semanas depois da

publicação da circular, reassegurar o direito d' *O Rio Nu* em ser distribuído na Capital Federal (O RIO NU, ed. 1228, 23/04/1910, p. 2). Contudo, como se nota, a certidão garantiu somente o trânsito do impresso pela capital, nada se referindo aos estados, sobre os quais também recaiu a proibição de Ignácio Tosta.

Além de inúmeros textos sérios e bem embasados, a postura crítica também foi exercida pelo uso de ilustrações, textos satíricos e apelidos maldosos. O primeiro artigo do Rio Nu que criticava a decisão do diretor iniciava-se chamando-o de “uma religiosa” (ed. 1221, 30/03/1910, p. 2) e não ficou só nisso. Durante todo o ano de 1910 o impresso (mas também não só ele) caçou de Ignácio Tosta, da sua religião e de toda a situação censória de diversas maneiras. Em uma imagem publicada na edição 1225, um senhor pergunta a um menino se ele é católico. Diante do desconhecimento do garoto com relação à religião, o homem o informa do que se trata: “é seguir a religião dos padres”. Daí o rapazinho então afirma fazer parte “porque papai sempre diz que eu sou hipócrita e burro como um padre” (13/04/1910, p. 5).

O periódico debochou do cenário de insegurança que a circular gerou.

Figura 2: Efeitos da Circular



Fonte: *O Rio Nu*, 06/04/1910.

Na imagem acima, capa da edição 1223 (06/04/1910, p. 1), uma bela mulher (provavelmente, uma prostituta) ao mostrar as “boas pernas” a um empresário é repreendida por ele. O homem alega que, por mais bonitas que elas fossem, a senhorita não deveria ter feito isso em público, pois era “admirador do diretor dos Correios” e tal ato provocava nele “arrepios de... pudicícia”. Em uma ilustração da edição 1222, a situação foi inversa. Ao ser cortejada por um senhor, uma senhorita o censura: “Não continue, não continue. Ali vem o dr. Posta!” (02/04/1910, p. 5).

Apesar das críticas ferrenhas e do humor ácido, é preciso esclarecer detalhes que podem passar despercebidos numa primeira análise. *A priori*, pode parecer que os jornais da “grande imprensa” aceitavam muito bem a publicação e circulação dos periódicos de “gênero alegre”, no entanto, o debate não tratava disso. Uma das maiores preocupações era que com tal medida fosse aberto um precedente proibitivo à circulação de qualquer material, sob a alegação de imoral ou obsceno, ou seja, temia-se o estabelecimento de uma censura prévia.

Nesse sentido, o problema não estava na proibição da circulação de imoralidades, mas sim na metodologia escolhida para isso. Esclarecemos: a mesma imprensa que criticou a ação do diretor geral concordava com uma maior restrição à pornografia e à imoralidade, porém, discordava dos meios pelos quais estavam querendo fazer isso. O *Gazeta de Notícias* considerava legítimo o recolhimento de publicações desde que estas fossem “*aparentemente, visivelmente, exteriormente obscenas*” (ed. 82, 23/03/1910, p. 1, grifos originais), qualquer coisa além disso era uma ameaça à liberdade de imprensa. Para F. V., articulista d’O Paiz, a medida teria

que ir além da distribuição, era preciso prestar atenção nas vendas desses produtos: “meu Deus: pois se há publicações obscenas, que não podem transitar pelo correio, essas publicações não devem ser, de modo algum, mantidas. É a mesma história das armas, dos venenos, do álcool, de mil coisas” (ed. 9317, 09/04/1910, p. 2).

Além disso, houve quem apoiasse o diretor desde o início, a exemplo das agremiações religiosas. A *Associação Cristã de Moços*, em reunião com o próprio Tosta, o parabenizou pela acertada medida moralizadora e patriótica e ofereceu total solidariedade e franco apoio a qualquer movimento que pusesse em prática uma “campanha do saneamento moral da sociedade” (JORNAL DO COMMERCIO, ed. 118, 28/04/1910, p. 3). Já a *União Popular de São João d’El Rei*, de Minas Gerais, enviou ao chefe da repartição postal um ofício congratulando e agradecendo a decisão de proibir o trânsito de impressos pornográficos pelos Correios e lamentou que “uma imprensa vil e baixa” estivesse tendo “a triste coragem de ridicularizar o nome e a pessoa nobre de V. Ex.”. Em adição a isso, eles informaram que “nenhum sócio da União Popular, seja por assinatura, seja por compra de qualquer número favoreça aquela imprensa”. Afinal, eles não tinham dúvidas de que essa mesma imprensa “sem moral exala o vício, desenfreia as paixões, avilta a pureza das donzelas e a virtude das pessoas” (O PAIZ, ed. 9362, 24/05/1910, p. 5).

Apesar do entendimento, por parte da imprensa, de que era necessário frear a proliferação da imoralidade, os órgãos da Justiça tiveram outra compreensão. Na primeira edição em que publicou a sua crítica à circular de Ignácio Tosta, *O Rio Nu* deixou claro que desde aquele momento estaria entrando com uma ação na justiça

contra a medida tomada. Na edição 1221 constava um aviso que, dentre outras coisas, dizia: “O Rio Nu já passou procuração e entregou os documentos necessários a dois distintos advogados do nosso fôro, para o fim de annular, perante a Justiça Federal, o acto impensado do Sr. Joaquim Ignácio Tosta” (30/03/1910, p. 3). Para além do pleno trânsito postal, o periódico afirmou que também lutaria “contra as perdas e danos que lhe causar a impertinência do santíssimo sr. Tosta” (O RIO NU, ed. 1222, 2/04/1910, p. 7). Se em princípio a batalha parecia inviável para o jornal de “gênero alegre”, ainda em 1910 ela rendeu bons resultados.

Em agosto daquele ano, o juiz federal da 1ª Vara, Raul de Souza Martins, decidiu pela anulação da circular promulgada por Ignácio Tosta considerando que o documento, entre outras coisas, feria o regulamento dos Correios de 1909 que proibia a expedição e/ou distribuição de materiais explicitamente imorais pela repartição. Esse não era o caso do *Rio Nu*, pois ele era bem embalado, de modo que as capas e contracapas ficavam resguardadas e não delatavam ninguém. O magistrado também levou em consideração a boa situação legal e fiscal do periódico, isto é, o bissemanário não só tinha autorização policial para circular, como estava com as suas contribuições fiscais em dia.

Diante da decisão, *O Rio Nu* celebrou de um modo que só ele sabia fazer: debochando do diretor geral com palavras e textos humorísticos. A edição escolhida para celebrar a decisão judicial foi a do dia 7 de setembro de 1910 e foi uma publicação especial: houve uma tiragem de impressionantes 50 mil exemplares (número que, como dissemos acima, nos parece somente uma estratégia de marketing), todos a

cores e com desenhos “de um dos nossos melhores artistas do lápis”. Eles garantiram: “o texto, variado e alegre, nada deixará a desejar” (O RIO NU, ed. 1266, 3/09/1910, p. 2) e cumpriram.

Entretanto, apesar das celebrações, o periódico demorou para ter dias de completa paz. Tosta recorreu da decisão e levou a sentença da Primeira Vara para o Supremo Tribunal Federal, que, só em agosto de 1912, validou a sentença do juiz Raul Martins e entendeu que a circular só não ia de encontro aos regimentos dos Correios, como ofendia o art. 72, parágrafo 18 da Constituição Federal e os artigos 189 a 195 do Código Penal de 1890 que versavam sobre os “crimes contra a inviolabilidade dos segredos”.

Essa foi a maior polêmica em que *O Rio Nu* se viu envolvido. Durante todo o ano de 1910 essa história foi criticada, ridicularizada e parodiada em suas páginas, mas, como vimos, ela não foi suficiente para encerrar as suas atividades – ocorrida somente em 1916. A outra vítima da circular, a revista *Sans Dessous*, não passou de 1911. Ignácio Tosta, que chegou nos Correios em julho de 1909, saiu em novembro de 1910 e no ano seguinte foi para Londres, onde se tornou delegado do Tesouro Brasileiro. O baiano ficou na capital inglesa até a sua morte em 1919.

Uma vez explanada a punição que sofreu *O Rio Nu* por suas transgressões, partiremos para a normatização. Se destacamos, até aqui, a sua ousadia, lançaremos luz às “entrelinhas” do seu conteúdo. Se as imagens chamavam a atenção dos leitores, certamente os contos publicados os excitavam e, indiretamente, os ensinavam.

Eróticos, porém, normalizadores: Representações femininas em contos publicados pelo *Rio Nu*

Para além das imagens de corpos *seminus* estampadas nas capas, *O Rio Nu* publicava histórias de cunho erótico. De 1906 a 1913 o periódico publicou 570 contos, sempre na sexta páginas das edições, que, em um primeiro momento, pareciam despreziosos e tinham como objetivo a simples excitação do seu público leitor. Porém, em uma observação mais cuidadosa, é possível identificar estratégias amorosas recorrentes no início do século XX, visualizar o delineamento de tipos ideais de masculinidade e notar representações⁸ femininas alinhadas com a mentalidade em voga na época. O nosso objetivo neste excerto do texto é focar no último aspecto.

Essas histórias, em uma análise geral, não prezavam pela originalidade. Os temas, os personagens e as narrativas se assemelhavam bastante e, por vezes, se repetiam. Em nossas pesquisas foram encontradas histórias praticamente idênticas, só mudando o nome dos personagens. Boa parte delas seguiam também um padrão: na introdução dos contos, uma “teoria” sobre as mulheres era apresentada e no desenvolvimento era posto um episódio amoroso que validasse a ideia apresentada anteriormente. São essas “teorias” que nos ajudam a compreender as representações que *O Rio Nu* fez a respeito das mulheres. Toda essa estrutura nos ajuda a entender

⁸ Por representações, nós entendemos o conceito de Roger Chartier (2002, p. 13-28). Nesse sentido, elas não eram espelhos do real e muito menos tratavam-se de discursos neutros, o que implica dizer que elas foram estabelecidas a partir de estratégias e práticas que estão sempre colocadas em um “campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”. Elas “são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”, assim para cada caso faz-se “necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de que os utiliza”.

os conhecimentos que o narrador queria passar para o seu leitor acerca da alma e dos sentimentos femininos.

Essas “teorias” eram mais elaboradas e mais constantes nos contos escritos por D. Villaflor, o pseudônimo de um autor que até agora não conseguimos identificar a real identidade. Ele foi o mais profícuo dentre os escritores que passaram pela seção: produziu 277 histórias. Outros 41 autores passaram pela seção e, dentre esses, o que mais criou narrativas foi Danilo, com 151 contos publicados.

Apesar da falta de originalidade nas histórias, é notável o sucesso da seção. Oito anos de publicação ininterrupta é algo que não se pode ignorar. Para nós, houve artifícios utilizados pelos redatores que fizeram com que os contos não perdessem a relevância e que deixassem os leitores engajados em cada narrativa. Em primeiro lugar, a utilização de ilustrações, que eram postas no meio do conto e retratavam alguma cena da narrativa. Esses desenhos reforçavam a trama publicada, mas também – e principalmente – era um expediente para conquistar e fidelizar o leitor. Logo, tratava-se um bom protocolo de leitura,⁹ que, ao mesmo tempo, sofria influência de práticas de leitura,¹⁰ afinal, o ato de ler “é uma prática criativa que inventa

⁹ Para Roger Chartier (2001, p. 77-105), o protocolo de leitura seria uma dada forma de ler, motivada pela materialidade do impresso, mas também pelas interferências, que podem ser explícitas ou não, dos editores, dos autores e do próprio texto.

¹⁰ Em síntese, as práticas de leitura correspondem às interpretações que os leitores fazem diante de um texto. Trata-se daquilo que o leitor infere após ler ou ver o que consta em um livro, por exemplo. Não se trata de algo natural ou espontâneo, pois questões envolvendo alfabetização, condições econômicas, posicionamentos políticos, sociais e morais, entre outros, influenciam em nossas leituras e determinam nossas interpretações (CHARTIER, 2001, p. 77-105).

significados e conteúdos singulares, não redutíveis às intenções dos autores dos textos ou dos produtores dos livros” (CHARTIER, 1992, p. 214).

A linguagem dos textos também é um elemento a ser destacado. Enquanto vários outros textos do *Rio Nu* usavam e abusavam de termos ambíguos e por vezes explicitamente sexuais, nos contos predominavam descrições mais contidas. Tratava-se de uma leitura sugestiva. Para relatar o ato sexual que teve com a sua vizinha, D. Jasmim, no conto *As Honestas*, utiliza-se de metáforas e colocações maliciosas: “após beijar-me também com ardor, conduziu-me até um fofo canapé onde por longo tempo os nossos corpos se fundiram nervosamente, enquanto que eu a invadia toda com a fúria do meu desejo ardente e exaltado...” (ed. 1046, 18/07/1908, p. 6). Em suma, é notável o esforço do autor em estabelecer a sugestão do que aconteceu.

Destacamos também a utilização de artifícios textuais mais diretos. Em diversos contos, quando D. Villaflor, D. Jasmim, Danilo e tantos outros autores queriam trazer o seu potencial leitor para perto da sua história, eles o questionavam e, por vezes, imaginavam as suas respostas. Em *A Carne Soberana*, D. Villaflor questiona: “Vocês acreditam nessas bobagens de poetas, que dizem que as mulheres nos prendem pelos encantos sublimes da alma e não sei que mais?” (ed. 888, 09/01/1907, p. 6). Ao descrever uma de suas amantes em *O homem põe e a mulher dispõe*, Danilo imagina a reação do público: “Que temos nós com isso? – dirão os leitores” (ed. 1364, 16/08/1911, p. 6).

Por fim, a conexão entre redatores e leitores também é perceptível na identidade evocada pelo narrador. Na maioria das vezes, ele é caracterizado como o amigo da

família, um vizinho ou, principalmente, como um jovem bonito, elegante, de bom gosto, que é mais astuto, atento e viril do que os maridos traídos, por exemplo. Em outros casos, o narrador era um estudante, fato importante porque “significa não ter dinheiro suficiente para frequentar prostitutas caras, mas não resignar o bom gosto nem o conhecimento e valorização de códigos de elegância” (PEREIRA, 2011, p. 332). Levando em consideração que *O Rio Nu* era feito por homens e destinado aos homens e estava alinhado aos ideais de sua época, nada mais pertinente que o narrador da maioria dos contos possuísse as características mencionadas acima. Na pesquisa de Natália Batista Peçanha (2013) ficou evidenciado que o periódico de “gênero alegre” forjou um modelo de masculinidade ideal a ser seguido pelos homens civilizados, ou seja, os *smart*.

Tal como dissemos, muitos dos contos que *O Rio Nu* publicou não prezavam pela originalidade, e, para além dos elementos já apontados, é possível notar isso nas “teorias” que foram difundidas nas histórias. Em nossa perspectiva, existem algumas dessas que, de alguma forma, resumem todo o pensamento dos redatores sobre as mulheres. São reflexões importantes com elementos que, objetivamente ou não, podem ser enxergados em diversos relatos. É como se elas nos ajudassem a entender quase todo o montante das narrativas e, principalmente, ajudasse-nos a compreender as representações femininas que foram produzidas pelo periódico de “gênero alegre”.

D. Jasmim inicia o conto *As Honestas* da seguinte forma:

Acredita o leitor piamente na honestidade das mulheres? Estou daqui a ver a resposta a bailar-lhe à flor dos lábios como a dizer-me: - Acredito, sim senhor!

Tenho eu razões de sobra, e muito particulares para pensar de um modo absolutamente oposto. As mulheres, está claro que me refiro às casadas, só por um motivo excepcionalmente forte mantém fiéis aos maridos. Só mesmo quando alguma coisa imperiosa as impede de... fazer precisamente o contrário, é que elas assim se mantêm.

Na maior parte das vezes, a falta de liberdade, a presença dos fâmulos ou dos filhos, quando os há; o receio de ser pilhada em flagrante pelo marido, e os consequentes resultados desse ato; as más línguas, enfim, tudo isso impede-as de fazer uma asneira... dando um escorregão no contrato matrimonial... Mas, o grande caso é que elas de fato só se mantem puras quando a isso são obrigadas por um empecilho qualquer, mas nunca porque lhes falte um bocadinho de vontade para mandar à fava o celebrado preconceito...

Quero ser coerente, acreditando que, por um verdadeiro prodígio, uma ou outra mulher, por obediência a severos princípios ou mesmo por natural orgulho, só entregue as delicias de seu corpo a um único homem, dedicando-se de corpo e alma a um único amor; mas, essas são raras, raríssimas mesmo, e se permitem, direi até que são fenômenos, exceções que apenas servem para confirmar a regra geral de que as mulheres são criaturas essencialmente pecadoras... (ed. 1046, 18/07/1908, p. 6)

Apesar de a história ter como protagonista uma mulher casada que sucumbe às investidas de um estudante que se muda para uma casa acima da sua, é possível notar na “reflexão” do autor pensamentos que contemplam todas as mulheres. Neste caso, trata-se do questionamento da honestidade feminina. O consenso é que as mulheres são ameaçadoras e dissimuladas, necessitando ser controladas por meio do matrimônio. É como se fosse um elemento identitário dado às mulheres pelo *O Rio Nu*. Por trás de uma história excitante, existia o alerta: é da natureza feminina a busca pelo prazer físico, portanto, leitor, fique atento a sua esposa ou a sua pretendente.

Para completar, o narrador afirma que somente fatores externos proporcionam o resguardo da esposa. Nesse sentido, a honestidade feminina é fruto de questões sociais, de um código moral existente na sociedade que procura prender a mulher em

um casamento. Contudo, o desejo feminino de buscar atender às necessidades da carne é “natural”. Na história *Os sete pecados sensuais (A curiosidade)*, Júlia já “estava na idade e na situação crítica; estava no momento fatal em que toda mulher casada, bonita e honesta está arriscada a cair... nos braços de um amante” (ed. 979, 23/11/1907, p. 6),¹¹ no entanto, a sua personalidade é mais perigosa do que a da mulher retratada por D. Jasmim. Nesse conto, após perder a virgindade com o marido, descobrir os prazeres da cama e ter notícia das infidelidades do companheiro, Júlia decide buscar por outras aventuras. Ela, para D. Villaflor, seria o típico caso da mulher que se casa “para ser deflorada legalmente e poder gozar a solta sem a preocupação da... donzelice” (ed. 979, 23/11/1907, p. 6). É um caso perigoso, que requer o alerta dos homens, mas que também os colocava no centro do debate.

Não havia dúvidas quanto à natureza permissiva de Júlia – ela é do tipo nasceu *cocotte*, segundo o autor –, porém é preciso fazer uma ressalva quanto à responsabilidade do esposo. D. Villaflor deixa claro que a jovem começou a pensar em ter amantes diante das traições do marido. Ela passou a questionar-se “porque motivo o Adriano, tendo em casa uma mulher robusta e apaixonada, ia entregar-se a outras na rua?” ou até mesmo se perguntou a razão dos homens buscarem outras mulheres para ter prazer já que “todas as mulheres têm o corpo semelhante”. A sua conclusão foi o desejo masculino por variedade e daí passou “a ter curiosidade de

¹¹ Essa tal idade nos parece ser entre os 15 e 25 anos, como notamos em algumas histórias. No conto, *Atirou no que viu...* D. Villaflor nos apresenta Melania, uma jovem de 24 anos que estava “justamente na idade em que a mulher casada inspira maior número de paixões e as mais ardentes”. D. Villaflor, “Atirou no que viu...” (O RIO NU, ed. 1194, 22/12/1909, p. 6).

saber se os homens serão também diferentes” (O RIO NU, ed. 979, 23/11/1907, p. 6). Com isso, o narrador não só delineou mais um espectro da personalidade feminina, chamando a atenção do seu leitor para as suas esposas, mas também convocou o seu “camarada” a olhar para si, isto é, para o papel do homem no casamento.

Pensemos: se a mulher é “naturalmente” propensa à traição porque almeja atender aos desejos pessoais, cabe ao homem manter o controle sobre essa situação, isto é, ele precisa cumprir com os seus deveres de esposo na cama. Por esse ângulo, *O Rio Nu* alinhava-se à ciência higiênica da época que, desde meados do século XIX, passou a advogar pela sexualidade conjugal, alegando ser esse um elemento importante para a consolidação do casamento. Segundo a medicina, a insuficiência sexual era um problema, pois do bom desempenho sexual dos maridos e das esposas dependia a saúde dos filhos e por que, diante da ausência, da debilidade ou da total insatisfação sexual dos esposos, as mulheres podiam recorrer à masturbação e ao adultério (COSTA, 1983).

Em suma, o periódico salientou as responsabilidades do homem dentro do matrimônio, postulou, indiretamente ou não, o modelo ideal de homem na época – que não comportava a homossexualidade, a libertinagem, o celibato e o alcoolismo¹² – e,

¹² É pertinente destacar que estudiosos como Cesare Lombroso e Ferrero Guglielmo, que eram taxativos quanto à ideia de uma natureza feminina, consideravam a mulher um ser de poucos vícios, em especial os que afligiam os homens. “Segundo eles, no tocante ao álcool, as estatísticas demonstrariam ser bem menores as taxas com relação às mulheres. Tal se justificaria porque, sendo menor sua excitabilidade cortical, elas teriam menor necessidade dos excitantes alcoólicos que são mais desejados quando a inteligência aumenta. Além disso, o misoneísmo das mulheres, seu respeito pelos usos, as retém: como poucas mulheres bebem ou fumam, poucas ousam começar.” Como é possível notar, a falta de inteligência feminina é o que as impedia de ser alcoólatras. Com relação às

da mesma forma que a “essência” feminina foi difundida e debatida nas páginas do bissemanário, a ausência masculina também foi retratada. Contudo, diferente do narrador-conquistador que é jovem e viril, o homem adulto/idoso, muitas vezes traído pelas esposas, era ridicularizado. A “loura e carnuda” Adélia decidiu procurar um amante depois de perceber que o “imbecil” do seu marido “não dispunha de faculdades para fazê-la feliz, nem física, nem moralmente”. Ele “julgava-se desobrigado de todos os seus deveres de marido, ligando-se a ela, num amplexo inosso e sobriamente clássico, uma vez por semana” (O RIO NU, ed. 1150, 21/07/1909, p. 6).

Dando continuidade às principais representações que *O Rio Nu* veiculou sobre as mulheres, mas não se distanciando do que já foi posto, observemos o que disse o conto *A carne soberana*:

Vocês acreditam nessas bobagens de poetas, que dizem que as mulheres nos prendem pelos encantos sublimes da alma e não sei que mais? [...]

Parece-me idiota negar que a mulher nos prende, mas é pela carne, pelo gozo, que nos dá e que nós damos, pela volúpia, que elas representam... Sim, porque não negar, a carne feminina irradia sensualismo e promessas excitantes. [...]

O amor intelectual, a paixão, a união dos espíritos não são mais do que um reflexo da felicidade, que só a carne pode dar. O que nós adoramos em uma mulher é ela própria, é o seu corpo, fonte de todo o gozo.

Deixem falar os poetas! Um homem nunca ama uma mulher sem desejo e o desejo é a de carne. Ninguém quer uma mulher só para gozar a sua companhia, para ter os seus cuidados. Tudo isso são lérias.

jogatinas, o pensamento dos pesquisadores também não era tão diferente. “As mulheres também não jogariam, o que os autores atribuem mais a sua impossibilidade de irem às casas de jogo do que por razões psicológicas especiais” (SOIHET, 1989, p. 92).

Não se deseja nenhuma sem a ambição de deitá-la, derreá-la ao peso de nosso peito arfante, vê-la estorcer-se e gritar sob os nossos músculos potentes. [...]

É pela carne que elas nos prendem. Algumas bem o sabem e abusam desse poder infernal. (ed. 888, 09/01/1907, p. 6)

Pensando, a partir de agora, para além do casamento, notamos o reforço da representação da mulher insaciável, uma das principais ideias que o jornal passa aos seus leitores.¹³ Assim como dizia a ciência, para o impresso de “gênero alegre” a mulher era fraca, era um ser mais sentimental e ligada aos afetos. “Sua imaginação viva, fértil, mas fugaz, indispunha-a para os trabalhos do espírito e para toda a atividade intelectual. A fraqueza, a sensibilidade, a doçura, a indulgência e a submissão era ‘virtudes essenciais’ ao seu sexo” (COSTA, 1983, p. 236). Para o discurso médico, o sistema reprodutor feminino era o que definia a função social das mulheres. O útero e os ovários “determinavam seu comportamento emocional e moral desde a puberdade até a menopausa, produzindo um ser incapaz de raciocínios

¹³ Neste quesito, *O Rio Nu* diferenciava-se significativamente de outra vertente teórica em voga na Belle Époque, o Positivismo. De acordo com a corrente criada por Augusto Comte, a mulher – além de ter um instinto sexual quase inexistente – era um ser complementar ao homem e não inferior. Como diz Rachel Soihet, “enquanto o sexo masculino representaria aptidão maior para modificar o meio em proveito da espécie sendo ‘fator industrial’, o sexo feminino encontraria em si, no mais alto grau, a aptidão de modificar a espécie, constituindo o ‘fator moral’, por excelência”. Devido a esse fator, os positivistas até consideravam a mulher um ser moral e socialmente superior ao homem, pois ela era capaz de renunciar aos seus interesses em prol da família, uma instituição fundamental para os positivistas. Vale frisar que, apesar de diferentes – os evolucionistas (mulher inferior ao homem) e os positivistas (mulher complementar ao homem) – ambas as vertentes não tinham raciocínios tão díspares sobre as mulheres: ao defenderem a maternidade e o pertencimento delas ao mundo privado, eles anularam os interesses femininos, as particularidades dessas figuras sociais e “castrou” o crescimento individual (SOIHET, 1989, p. 111-113).

elaborados, de abstrações e atividade intelectual, mais frágil do ponto de vista físico e sedentário por natureza” (MATOS, 2003, p. 387).

À luz das pesquisas de Rachel Soihet, nós descobrimos as reflexões de Cesare Lombroso e Ferrero Guglielmo sobre uma natureza e essencialidade feminina (reflexões estas nada lisonjeiras, diga-se de passagem). Eles acreditavam que as mulheres “normais” (isto é, que não fossem prostitutas e criminosas, por exemplo) eram menos sensíveis sexualmente do que os homens e por isso não teriam nenhum gozo intelectual e seriam mais resistentes à dor. Elas seriam mais cruéis, raivosas e vingativas, porém, a piedade ultrapassaria esses sentimentos caso elas fossem mães. A maternidade, por sinal, foi um elemento valorizado pelos autores. Eles acreditavam que ter um filho “seria uma função tão preponderante, que toda a organização biológica e psicológica da mulher a ela estaria subordinada” (SOIHET, 1989, p. 86).

No tocante ao amor, Lombroso e Guglielmo eram categóricos: “o amor da mulher pelo homem não seria um sentimento de origem sexual e, sim, uma forma de devotamento de um ser inferior para com o superior” (SOIHET, 1989, p. 88). Consideravam também as mulheres mais predispostas à religiosidade e eram taxativos quando afirmavam que a mentira seria uma característica feminina. O senso de justiça, de acordo com os estudiosos, era frágil, assim como elas seriam incapazes de estabelecer relações de amizade com outras mulheres, dado que o ciúme e a inveja também seriam elementos intrínsecos às mulheres, e, além disso, não seriam inteligentes.

Como se pode notar, prepondera-se o fator biológico. Sendo essa fraqueza uma característica inerente às mulheres, os redatores do bissemanário auxiliaram os seus leitores sobre o que fazer diante disso. O jornal deixa bem claro que a força e o poder masculino devem se sobrepor às vontades femininas, pois isso seria um sinônimo de potência sexual e reafirmava papéis de gênero diante da sociedade. Não era muito diferente do que se pensava a medicina higienista do início do século XX. Nas primeiras décadas dos novecentos, acreditava-se que as mulheres precisavam ser protegidas dos perigos públicos, dada as suas fragilidades débeis. Assim, ao homem caberia a esfera pública, enquanto à mulher o espaço privado e, dessa forma, legitimava-se a dominação do primeiro sobre o segundo. Na época, assumia-se que o homem, devido a sua força, agressividade e inteligência, consolidaria o desenvolvimento da civilização urbana, enquanto a mulher, dada a sua natureza fecunda, passiva e frágil, deveria perpetuar essa civilização com a maternidade (MATOS, 2003, p. 383-387).

O próprio conto *A carne soberana* corrobora a nossa reflexão. Após brigar com sua amante, Luiza, e esta decidir ir embora de sua casa, o narrador reage da seguinte forma ao vê-la se arrumando para partir: “E quando ela ia apertar o colete, ergui-me com ímpeto. Enlacei-a. Ela quis protestar, na sua dignidade ofendida, mas fechei-lhe a boca com um beijo voraz, agarrei-a com ânsia, como se houvesse passado um mês sem ver uma mulher...” (O RIO NU, ed. 888, 09/01/1907, p. 6). Em resumo, cabia ao homem estar atento às oportunidades que lhe surgiam, pois a vontade das mulheres não era tão importante, principalmente diante dos fatores biológicos e dos desejos físicos.

Vale assinalar que a força masculina sobre a mulher como uma estratégia sexual e amorosa é um tanto recorrente em algumas histórias do periódico. O que para nós certamente causa espanto, e que poderia ser classificado e julgado atualmente¹⁴ como um estupro, para a época não só deveria excitar os homens que liam essas histórias, como havia uma razão lógica para o ato contado. No conto *Como elas caem pela violência*, antes de violentar Alzira, D. Villaflor relembra algumas histórias que ouviu falar sobre mulheres que mesmo amando e desejando um rapaz, o rejeita enfaticamente. Há um pudor que as proíbe de seguir em frente com as investidas masculinas. Porém, diante de situações como essa existe uma solução: “é preciso que o amante as violente, que lhes preste o serviço de violar essa defesa instintiva, para que elas conheçam a melhor ventura da existência” (O RIO NU, ed. 1243, 15/06/1910, p. 6).

Assim, apresentando essa condenável estratégia, *O Rio Nu* educava o seu leitor *smart*, apresenta-nos mais uma faceta das mulheres e reforçava paradigmas científicos da sua época: somos seres com características naturais e com hierarquias

¹⁴ O crime de estupro aparece na legislação brasileira desde a Constituição de 1830, mas, assim como várias outras normas depois dessa, a lei mostrava-se frágil e pouco solícita com as vítimas. Em 1910, ano em que o conto foi publicado, estava vigente o Código Penal de 1890 e este era um pouco mais profundo que o citado anteriormente e definia claramente o que seria esse crime: “Chama-se estupro o acto pelo qual o homem abusa com violência de uma mulher, seja virgem ou não.” Porém, ainda assim, ele não facilitava a vida das mulheres. Havia a ideia, na época, que o homem ser mais “enérgico” com a mulher em um relacionamento amoroso era sinônimo de virilidade e um símbolo da masculinidade ideal. Isso sem contar com a prova de honestidade que a mulher teria de dar caso levasse a história para a Justiça. Se a situação da vítima de estupro (seja ela mulher ou homem) não é fácil nos dias de hoje, imaginemos nas primeiras décadas do século XX, em que uma mulher, mesmo tentando repelir o agressor, é violentada e a história é lida como uma trama amorosa qualquer. Para mais detalhes: Ver: Ferreira (2019).

de gênero invioláveis e, diante desse cenário, precisamos adequar-nos à sociedade. A fraqueza e a sucumbência feminina, assim como a conquista de mulheres, mesmo que à força, eram percepções tão comuns para impresso que as suas conclusões sobre os temas podiam passar despercebidos em afirmações como: “se alguém tentasse introduzir lhez mais, fosse o que fosse, fá-la-ia rebentar” (O RIO NU, ed. 950, 14/08/1907, p. 6). E em comparações como: “as mulheres e os tecidos de malha têm essa grande semelhança, resistem muito, exigem grande esforço quando estão perfeitas, mas desde que se lhes rebenta um pouco cedem logo” (O RIO NU, ed. 831, 23/06/1906, p. 6).¹⁵

A certeza de que a mulher era um ser “naturalmente” frágil quanto às questões do corpo e da mente fazia com que os narradores dos contos até compreendessem que elas não tinham culpa de nascer desse jeito, mas, ao mesmo tempo, não acreditavam que elas pudessem ser forçadas de alguma coisa:

Coitadinhas! Elas não têm culpa porque só Deus sabe como a carne da mulher é frágil. Ainda poderei a rigor censurar uma mulher pelo fato de não ter evitado a ocasião de... cair, de não ter previsto a sua fraqueza, não ter fugido ao perigo, mas só isso.

¹⁵ Se a crença na época era de que as hierarquias de gênero não se modificavam, deveria haver um momento em que homens e mulheres estariam em sintonia. Esta seria a formação de uma família. De acordo com Soihet, “eram reconhecidas como virtudes essenciais ao sexo feminino a fraqueza, a sensibilidade, a doçura, a indulgência, o recato e a submissão. Por todos esses atributos a mulher estava definitivamente destinada ao amor. O homem era o oposto exato da mulher. O vigor físico e intelectual dominavam seu perfil emocional. Este devia ser mais seco, duro, racional, autoritário, altivo, etc. Dominado por tais qualidades másculas e viris era menos próspero ao amor que as mulheres. Sua verdadeira inclinação era para o desejo do gozo puramente sensual. Assim, o ‘amor era para o homem a necessidade dos sentidos e na mulher a do coração’. O elemento que possibilitava o acordo entre indivíduos com características tão díspares era o cuidado com os filhos, não mais uma obrigação, mas um ato espontâneo de amor” (SOIHET, 1989, p. 115).

O que não admito é que uma mulher se desculpe ou procure atenuar uma falta, jurando, que foi forçada.

Ninguém força uma mulher. O que as vence, nunca é a força bruta, são as circunstâncias, é a sua fraqueza. Então essa história delas jurarem que foram subjugadas e que se mantiveram frias!

Mentira! Não há uma só capaz de se manter impassível a um contato sensual. É uma coisa inevitável... [...]

A mulher é um instrumento de volúpia, vibra seja qual for a mão... (mão é um modo de dizer) que a toque. (O RIO NU, ed. 930, 05/06/1907, p. 6).

Portanto, como dissemos e exemplificamos, *O Rio Nu* não levava em conta uma total submissão feminina, pois simplesmente pareciam não acreditar que isso fosse possível. A “teoria” acima é até muito taxativa quanto à descrença em uma inocência pertencente à mulher. Ao atribuírem a Deus a culpa delas serem de tal forma, o narrador deixa claro que não há nada a ser feito quanto à reversão dessa característica, afinal, trata-se de uma determinação biológica, e, mais uma vez, serve de alerta e/ou ensinamento ao seu leitor “civilizado”: já que as mulheres são inevitavelmente fracas, cabia aos homens saber lidar com isso. A eles caberia a sagacidade de perceber os momentos em que essa fraqueza estaria mais notável e se aproveitar disso. Como bem destaca Cristiana Pereira: “a principal mensagem dos contos, desta forma, é de que aquele que quiser a ‘receita infalível’ para seduzir uma mulher deve sempre levar esta característica ‘natural’ em conta, utilizando-a a seu favor” (1997, p. 140).

Em uma perspectiva semelhante quanto à “natural” fraqueza feminina, estavam os juristas do início do século XX, que ao se debruçarem sobre processos envolvendo a honra de uma mulher, a colocavam no centro da discussão, apesar de os homens

estarem no banco dos réus.¹⁶ Elas eram submetidas a uma investigação rigorosa de suas vidas privada e pública e os seus corpos eram analisados em exames de corpo delito um tanto suspeitos. Inclui-se aí a obrigação que elas possuíam de zelar pelas regras e condutas sexuais, de serem bem comportadas, recatadas e honestas. Na mentalidade desses homens da lei, não havia razões que justificassem uma maior liberdade para as mulheres. Andar sozinha, sair à noite, frequentar locais públicos de lazer poderiam pesar contra elas e, estando em uma situação em que sua vida passava a ser investigada pela Justiça, o estigma da prostituição poderia ser posto e aí a sua honra era definitivamente arruinada.

Como nos explicou Martha Abreu (1989, p. 114), ao falar das mulheres pobres do Rio de Janeiro da *Belle Époque*:

Na prática da justiça, o direito à civilização não era para qualquer mulher. Dependentes das posições dos policiais, delegados, advogados, promotores e juízes, sujeitas à boa vontade de vizinhos e amigos, subordinadas às contingências da “cor” e da-estrutura familiar, sujeitas ao tipo de relação que possuíam com os acusados e à própria “capacidade” de provar sua honestidade, as mulheres pobres percorriam os trâmites jurídicos num jogo de “perdas e ganhos” onde as moças de “cor” e independentes possuíam poucos trunfos.

À luz dessa honestidade feminina que precisava ser posta à prova, no *Rio Nu* encontramos uma história que pode ter servido de alerta para os homens. No conto *Sedução*, a jovem Melania, depois de ter acesso a obras literárias bem maliciosas,

¹⁶ Esta atitude reitera uma noção de honra vigente na época e que fora salientada pela historiadora Sueann Caulfield (2000, p. 26): “a honra sexual representava um conjunto de normas que, estabelecidas aparentemente com base na natureza, sustentavam a lógica da manutenção de relações desiguais de poder nas esferas privada e pública”

desperta pelo primo Eugenio uma paixão avassaladora. Enquanto ele nutria muito afeto e amor pela prima, ela possuía “desejos imperiosos... ardentes”. Resumindo a história: ela tanto fez que conseguiu ter uma relação sexual com o rapaz. No entanto, quando o caso é descoberto, ele foi chamado de sedutor e audacioso (ed. 979, 23/11/1907, p. 6).

A lição que fica, apesar de isso não ser dito claramente, é que existem homens que, de fato, aproveitam-se da ingenuidade feminina e isso merece punição e repúdio, mas, em contrapartida, também existem mulheres que se aproveitam de situações e depois se fazem de vítimas. Em conclusão, o que parece nos saltar aos olhos é que em um caso de desonra de uma mulher, *O Rio Nu* reverberava o *modus operandi* da justiça na época: é preciso investigar a vida do acusado e, principalmente, da vítima. Afinal, as coisas poderiam ser bem diferentes do que se mostravam à primeira vista.

Uma vez apresentada a natureza feminina nos textos do periódico alegre, falemos agora, brevemente, sobre as representações estéticas que ele publicou. Em histórias tão ricamente detalhadas, o que não faltaram foram descrições corporais – várias delas muito específicas – capazes de fazer o leitor imaginar a mulher que estava sendo narrada, ou seja, a mulher ideal para o homem civilizado do século XX. Observemos como D. Villaflor descreve “o tipo ideal da criatura perfeita”:

Alta, morena, de olhos negríssimos. Olhar franco e luminoso; faces coradas; boca escarlata e carnuda como uma fruta madura, pescoço roliço, corpo alongado em curvas voluptuosas, andar firme, riso cristalino... Era um soberbo exemplar de mulher.

A sua tez fina e linda, revelava saúde inalterável, a desenhar-se nos seus menores gestos; robustez, vigor, e ao mesmo tempo tinha toda a graça feminina. (O RIO NU, ed. 984, 11/12/1907, p. 6)

Eis as características da mulher ideal para os narradores d' *O Rio Nu*. É mais um protocolo de leitura que a princípio passa despercebido, mas que no conjunto salienta para nós uma preferência e denota uma mentalidade da época. As descrições corporais, que são inúmeras, não serviam somente para estimular a imaginação do leitor. Assim como os redatores do jornal não faziam muita questão de esconder características físicas das mulheres que mais lhes apeteciam, descrevendo seios, pernas, colos etc., eles também não disfarçavam uma preferência pela mulher branca. No conto *Uma Estreia*, Antônio, um jovem português que veio tentar a vida no Brasil, decidiu perder a virgindade com uma prostituta. Após procurar em diversas ruelas e bordéis de baixo nível e recusar uma mulher negra que encontrou pelo caminho, o rapaz se encantou por uma moça “muito clara, de cabelos pretos” (O RIO NU, ed. 818, 09/05/1906, p. 6).

É pertinente explicar algumas razões que justificam essa predileção expressa nas histórias. Com o fim da escravidão, a entrada de milhares de imigrantes e o sucesso de teorias científicas como o evolucionismo, a mulher branca passou a ser mais valorizada que a mulher negra. Incluído nisso estão os valores e as referências que a *Belle Époque* evocava. Valores como progresso e civilização e sendo a França como principal espelho cultural, a mulher branca passou a ser o principal símbolo sexual do homem *smart*. É a época da *femme fatale*, “uma mulher mais sedutora e poderosa, ameaçadora para a estabilidade das famílias e para a preservação dos

bons costumes sociais” (RAGO, 2008, p. 49). A mulher desejada tornou-se a estrangeira que chegava no Brasil para se prostituir,¹⁷ em especial as francesas.

O charme da “francesa” foi constituído no imaginário social a partir de dois temas recorrentes: o de sua maior capacidade de sedução e o de seu domínio das regras de comportamento civilizado. Simbolizando o mundo das mercadorias as mais modernas, era desejada também pelo status que conferia ao seu proprietário momentâneo. (RAGO, 2008, p. 50)

Em nossas pesquisas, só identificamos o protagonismo da mulher negra em um dos contos. O narrador até inicia *Amor crioulo* (O RIO NU, ed. 1063, 16/09/1908, p. 6) dizendo que o relacionamento com uma mulher dessa raça não foi a primeira vez, mas também deixa claro que o caso só aconteceu devido a uma “circunstância fortuita”. Em resumo, D. Jasmim foi preterido por uma mulher branca e só aí ele se recordou de uma “crioula muito dengosa e limpa” chamada Luiza. O encontro foi extremamente vantajoso para o narrador, que possuía uma “necessidade” física urgente, mas não deixou de ser “um sacrifício”, como ele mesmo classificou. Ou seja, foi um encontro possível, mas longe de ter sido desejado, afinal, o corpo negro não era o almejado. Jasmim também nos informa que o relacionamento com Luiza não representa qualquer perigo, pois ela já não era mais virgem. Dessa forma, ele não acabaria na justiça por defloração ou acusações do tipo.

¹⁷ É importante salientar que muitas dessas mulheres que vinham para cá já se prostituíam, mas outras tantas vinham para cá traficadas. Iludidas com promessas de melhorias de vida, casamento, bons empregos, elas vinham “fazer a América” e acabavam na mão de cafetões que as exploravam de forma impiedosa. Margareth Rago (2008, p. 282) informa-nos: “É praticamente impossível estimar a quantidade de prostitutas que vieram traficadas da Europa, principalmente das aldeias pobres da Polônia, Rússia, Áustria, Hungria e Romênia para a América do Sul. Também dificilmente saberemos quantas vieram por vontade própria, ou iludidas com promessas de casamento e perspectivas estimulantes de enriquecimento”

O que vimos nesse excerto foi uma grande síntese da leitura de 230 contos (dentro de um montante de 570) publicados pelo *O Rio Nu* entre 1906 e 1913. Histórias dos mais variados tipos, com enredos rocambolescos e múltiplos personagens. Histórias que indicam, mas não revelam; que detalham, mas também escondem. Histórias que falam mais sobre o jornal que as publicou do que possa ter julgado os escritores que as produziram.

Considerações Finais

O texto que acabamos de apresentar teve como objetivo lançar luz sobre o jornal de “gênero alegre” *O Rio Nu* e destacar duas de suas facetas: a transgressão e a norma. Conhecido pelos seus textos humorísticos e as suas capas com mulheres seminuas, o periódico é fruto de uma miscelânea de contextos, em especial, da *Belle Époque* carioca, que pensava o Brasil através do humor criado pelos boêmios. Uma vez almejada a nossa intenção, salientamos a complexidade do impresso.

À guisa de conclusão, é curioso notar como o mesmo periódico que foi acusado de ser pornográfico e se viu em meio a um escândalo por causa disso, foi um impresso completamente ligado ao seu contexto. Em outras palavras, enquanto *O Rio Nu* despia a imoralidade que permeava a Capital Federal, ele também deixava visível os pré-conceitos existentes na época e revelava um erotismo baseado em corpos brancos, opulentos e inspirados em Paris. Afinal, foram essas as mulheres que protagonizaram os contos que relatamos na terceira parte do artigo.

Esclarecendo: o mesmo jornal que escandalizava católicos como Ignácio Tosta ao relatar as mais ardentes relações sexuais, era o que dizia, nas entrelinhas, que a

mulher branca era a única a ser merecedora do desejo do homem que estava sendo civilizado. Nesse sentido, *O Rio Nu* “transitava” em uma via de mão dupla: ora rompendo moralidades, ora reforçando hierarquias socioculturais.

Esperamos que, ao final desse texto, você leitor, tenha percebido também essa dualidade e tenha notado o quão complexo era *O Rio Nu*, um jornal que introduz a pornografia na imprensa brasileira, ao mesmo tempo que deixa revelar algumas facetas da sociedade que se formava no início do século XX.

Referências

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BASTOS, Izamara. A imprensa no Rio de Janeiro da Belle Époque. In: *VI Congresso Nacional de História da Mídia*, 2008, Niterói. Anais..., 2008, p. 1-15.

BRASIL. *Código Penal de 1890*. Capítulo IV – Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos, art. 189-195.

BRASIL. *Decreto nº 2.230, de 10 de fevereiro de 1896*, Art. 5º, § 5º e 6º.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

CHARTIER, Roger. Textos, impressão e leituras. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 2002.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro: [s.n.]. Disponível em: <
<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/089842> >. Acesso em: 1 jun. 2021.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa. *Projeto História*, São Paulo, v. 35, p. 253-270, dez. 2007.

CARVALHO, Marina Vieira de. Um Natal profano, um Natal político: a cidade em festa de fim de ano pelo traço erotizado dos jornalistas do Rio Nu. *Intellèctus*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 2015, p. 57.

ESTEVEES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FERREIRA, Débora. O crime de estupro em seu contexto histórico. *JUS*, dez. 2019.

Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/78228/o-crime-de-estupro-em-seu-contexto-historico>>. Acesso em: 31 mai. 2021.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: Typ. da Gazeta de Notícias, 1875-1956.

Disponível em: < <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-noticias/103730> >.

Acesso em: 1 jun. 2021.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro: Typ. de Emile Seignot-Plancher e Comp., 1827. Disponível em: <

<http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=364568> >. Acesso em: 1 jun.

2021.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Delineando corpos: As representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890-1930). In: MATOS, Maria Izilda

Santos de; SOIHET, Rachel (Org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo:

UNESP, 2003, p. 107-127.

MORAES, Eduardo Jardim de. *A brasilidade modernista na dimensão filosófica*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

MORAES, Eduardo Jardim de. *A constituição da ideia de modernidade no modernismo brasileiro*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 1983.

O PAIZ. Rio de Janeiro: [s.n.], 1884-1934. Disponível em: <
<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/paiz/178691> >. Acesso em: 1 jun. 2021.

PEÇANHA, Natália Batista. *“Regras de civilidade”: tecendo a masculinidade do smart nas páginas d’O Rio Nu (1898-1916)*. Dissertação (Mestrado em História), Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

PEREIRA, Cristiana Schettini. *Um gênero alegre: imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-1916)*. Dissertação (Mestrado em História), São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1997.

PEREIRA, Cristiana Schettini. O que não se vê: corpos femininos nas páginas de um jornal malicioso. In. DEL PRIORI, Mary; AMANTINO, Márcia (Org.). *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

PRETI, Dino. A linguagem proibida: um estudo sobre a linguagem erótica baseado no dicionário moderno de Bock, de 1903. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983. p. 23-27.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

O RIO NU. Rio de Janeiro: [s.n.], 1898-1916. Disponível em:

<<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/rio-nu/706736>>. Acesso em: 1 jun. 2021.

SANTIAGO, Silviano. A permanência do discurso da tradição no modernismo. In:

SANTIAGO, Silviano. *Nas malhas da letra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

O SECULO. Rio de Janeiro: [s.n.], 1906-1916. Disponível em:

<<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/seculo/224782>>. Acesso em: 1 jun. 2021.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo das letras: literatura, técnica e modernização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SUSSEKIND, Flora. O figurino e a forja. In: CARVALHO, José Murilo de; et all. *Sobre o pré-modernismo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 337-371.